



Jatene, ao lado dos deputados Carlos Mosconi e José Aníbal: "Saúde ficará um caos sem a CMF"

29 SET 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

Jatene convence bancada tucana na Câmara a apoiar a CMF

O ministro da Saúde, Adib Jatene, convenceu pelo menos 90% da bancada do PSDB na Câmara a apoiar o projeto de emenda constitucional que institui a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), cuja arrecadação será destinada ao financiamento dos programas da saúde. Essa foi a avaliação feita pelo deputado Tuga Angerami (PSDB-SP), depois que o ministro falou aos deputados do PSDB, das 10h00 às 14h30, sobre a necessidade dos recursos para a saúde.

O ministro mostrou a impossibilidade de encontrar outra fonte de

recursos e disse aos deputados que "a saúde será um caos" se a CMF não for aprovada pelo Congresso Nacional. Foi o que disse o deputado Carlos Mosconi, que prometeu tornar-se "cabo eleitoral" da CMF se o ministro assegurar que vai implantar, em todo o País, o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele disse que é essa garantia que falta para a bancada, nas sua totalidade, apoiar a cobrança do tributo.

Primeiro turno — O projeto de emenda constitucional que institui a CMF (nova versão do imposto so-

bre o cheque, extinto em dezembro do ano passado) já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Na próxima semana poderá ser votado, em primeiro turno, no plenário do Senado. Se aprovado em segundo turno, será enviado à Câmara dos Deputados para votação em, também, dois turnos.

De autoria do senador Antonio Carlos Valladares (PPB-SE), o projeto prevê a cobrança da alíquota de 0,25% sobre qualquer movimentação bancária. É a mesma alíquota do extinto imposto do cheque.

O ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes, em uma reunião do PSDB, quarta-feira, no Congresso Nacional, deu uma informação que confronta com o que diz o ministro Jatene. Segundo o deputado Osmânio Pereira (PSDB-MG), Ciro Gomes disse que é errada a estimativa de arrecadação de 5 a 6 bilhões de reais por ano com a CMF. No entendimento do ex-ministro, a arrecadação será menor em virtude da estabilização da moeda.

Ontem, o ministro Jatene disse que achou estranha a declaração de Ciro Gomes porque no segundo semestre do ano passado foram arrecadados com o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) cerca de 3 bilhões de reais.

Comissão mantém projeto original

A comissão de Constituição e Justiça do Senado rejeitou ontem, por 11 votos a quatro, todas as três emendas de plenário que tentavam alterar a proposta de criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira — o imposto para a saúde — no valor de até 0,25%, nos próximos dois anos. Os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Nei Suassuna (PMDB-PB), da base governista, votaram contra as mudanças, ao lado de Júnia Marise (PDT-MG) e José Eduardo Dutra (PT-SE). O líder do Governo no Se-

nado, Elcio Álvares, atribuiu a vitória ao trabalho do ministro da Saúde, Adib Jatene. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique "é simpático à proposta", mas não pediu nenhuma mobilização especial pela sua aprovação.

Durante a sessão, o senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que os senadores estavam aprovando a nova contribuição "sem condições de negar os recursos, mas sem nenhuma garantia que eles vão resolver o problema da saúde".